

## UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA: UMA REALIZAÇÃO DE LONGAS EXPECTATIVAS \*

MANUEL CLEMENTE

A génese mais recente da Universidade Católica Portuguesa está competentemente estudada e esclarecida nalguns trabalhos publicados: as propostas do Centro Católico nos anos 20 e os votos do Concílio Plenário Português de 1926, concentram-se depois na acção do Cardeal Cerejeira, a cuja persistência ela sobretudo se deve <sup>1</sup>.

Proponho-me agora antecipar em mais umas décadas quer as expectativas quer as propostas que nela se vieram dalgum modo a concretizar, ligadas em geral ao Movimento Católico Português, a partir de meados de oitocentos.

Houve no Portugal pós-1834 uma corrente de pensamento e acção que procurou repôr a Igreja e a sua influência no país em altura equiparável à que tivera antes do liberalismo. Este era o objectivo comum. Quanto ao modo de o realizar, havia divergências internas. Uns pretendiam voltar à monarquia absoluta e confessional e pensavam que só assim se restauraria o Portugal católico; outros aceitavam em diferentes graus o constitucionalismo e mesmo uma relativa distância entre o poder político e o corpo eclesiástico e acreditavam ser nas próprias estruturas do novo regime que os católicos poderiam expandir os seus valores religiosos e culturais.

As duas opiniões entrecrocaram-se várias vezes antes da República e mesmo depois dela. Mas articularam-se outras tantas, quer em

---

\* Lição de sapiência, proferida na sessão solene da celebração do dia da Universidade Católica Portuguesa, 4 de Fevereiro de 1994.

<sup>1</sup> Cf. sobretudo A. MONTES MOREIRA, *O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 169-221.

jornais e revistas quer em associações ou iniciativas concretas. Juntas formaram efectivamente um «Movimento Católico», como aparece na pena dalguns dos seus militantes <sup>2</sup>.

O facto integra-se, aliás, na história mais larga do catolicismo europeu pós-1789. Para o caracterizarmos podemos fazer praticamente nossas as considerações dos apresentadores do recente *Dizionario storico del Movimento Cattolico in Italia 1860-1980*. Para estes, tal movimento

«deve ser visto e interpretado no quadro da ruptura da ordem política, social, cultural e religiosa tradicional, operada, em Itália como noutros países, pelas revoluções burguesas e liberais» <sup>3</sup>.

De seguida, qualificam-no

«como sujeito histórico original, enquanto se alimenta da acção organizativa e do empenhamento ideológico desenvolvido a vários níveis e em diversos campos por sectores bastante amplos do laicado católico» <sup>4</sup>.

E esclarecem:

«Embora sendo em larga medida guiado e orientado pelo clero, e ainda que visse delimitados pela hierarquia os próprios campos de acção e intervenção [...] este laicado constitui com a sua presença o traço prevalecente e determinante do Movimento católico» <sup>5</sup>.

Concluindo: «Movimento católico é então, em certo sentido, a resposta laical do catolicismo à laicização liberal do Estado e da sociedade» <sup>6</sup>.

No nosso caso talvez não se possa insistir tanto nem na quantidade nem na predominância do sector laical. Seja como for, podemos reter dois pontos essenciais para a caracterização do Movimento Católico Português: 1º) Engloba o conjunto de acções tendentes a difundir o

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, M. ABÚNDIO DA SILVA, *Cartas a um Abade*, Braga, Cruz, 1913, 59-143: o autor descreve sob o título geral de «O movimento católico português» as várias iniciativas que desde os anos quarenta do século XIX visaram reafirmar o catolicismo no país.

<sup>3</sup> F. TRANIELLO - G. CAMPANINI, *Dizionario storico del Movimento Cattolico in Italia 1860-1980*, I/1, Torino, Marietti, 1981, VIII.

<sup>4</sup> *Ibidem*, IX.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

catolicismo na sociedade pós-revolucionária, para além do quadro subsistente da vida paroquial e da religiosidade popular; 2º) Conta com o protagonismo essencial dos leigos.

Ora, é dentro deste Movimento que encontramos as mais longínquas expectativas quanto à réafirmação católica em termos de instrução e cultura. Expectativas que na viragem do século adiantarão já explicitamente o nome de «Universidade Católica».

Nos anos quarenta do século passado, o cabralismo tentou pacificar e reorganizar a vida portuguesa, depois de duas décadas de lutas latentes ou declaradas entre liberais e absolutistas. Sabemos que não foi totalmente bem sucedido e teve de enfrentar novas guerras civis (Maria da Fonte e Patuleia). Foi preciso esperar pela Regeneração (1851) para que Portugal entrasse num período mais dilatado de recomposição. No entanto, Costa Cabral conseguira já restabelecer algumas estruturas básicas da vida pública e, entre estas, reorganizar de acordo com Roma o nosso quadro eclesiástico.

Ora, sendo certo que a partir de então se foi restabelecendo canónica e pastoralmente tal quadro, não é menos certo que ele se debateu com o gravíssimo problema da escassa quantidade e qualidade dos seus agentes. O catolicismo português tivera nas congregações religiosas a sua componente mais sólida, no respeitante ao estudo e elaboração intelectual; mas em 1834 tinham sido extintas as masculinas e confiscados os seus bens. A Igreja portuguesa deixara de dispôr dos seus principais centros de aprofundamento doutrinal e criação cultural.

Já o insuspeito Alexandre Herculano constatava em 1842 que com a extinção das congregações se lesara «metade dos nossos sábios»<sup>7</sup>. Foi precisamente essa metade da cultura portuguesa que passou a faltar desde então: não se resumia a ela toda a inspiração cristã do país, mas pertencia-lhe em grande parte.

Em meados de oitocentos também não se podia contar com os seminários diocesanos. Atingidos pela legislação liberal, que extinguiu as suas fontes tradicionais de subsistência económica e lhes condicionara o próprio recrutamento vocacional, estavam quase todos fechados. Reabririam a pouco e pouco com muitas limitações de fundos e mestres: até à República não cessarão as queixas sobre as deficiências na formação do clero.

---

<sup>7</sup> A. HERCULANO, *Os egressos* (1842), in *Opúsculos*, Lisboa, Presença, I, 1982, 99.

Subsistia a Universidade de Coimbra, toda ela de certo modo confessional, uma vez que os seus *Estatutos* previam finalidades e expressões simbólicas que a deveriam manter no âmbito católico. Mas ela foi naturalmente reflectindo, por parte de docentes e discentes, toda a controvérsia intelectual do século e dela acabariam por sair mais reptos do que apologias à religião do Estado. E a sua Faculdade de Teologia não conseguiu ter na Igreja e na sociedade portuguesas o influxo cultural que se esperaria. No princípio dos anos quarenta, lamentou-se depois um dos seus lentes, como se lamentariam outros até à sua extinção:

«as aulas do curso teológico da Universidade continuavam a ser pouco, muito pouco frequentadas, apesar de ser a única escola normal de teologia, que havia no reino. A instrução na ciência da religião parecia quase de todo abandonada»<sup>8</sup>.

Neste contexto, não admira que várias iniciativas do Movimento Católico Português procurassem melhorar a presença dos crentes no campo da cultura. Fê-lo logo nesses mesmos anos quarenta do século passado uma das suas primeiras iniciativas, a Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica na Monarquia Portuguesa, que pretendia, segundo um dos seus principais mentores, ser um centro de formação doutrinal e científica. Delineava-o assim José Barbosa Canais:

«A Sociedade Católica devia ter escolas de Ciências Eclesiásticas; o autor do Projecto queria, que fossem como as da Universidade de Coimbra, porquanto o principal fim de seus esforços era concorrer do modo possível para desterrar a ignorância do Clero: a Sociedade Católica devia ter escritores, publicações literárias, e mesmo exercícios académicos, os mais próprios para desenvolver o espírito humano, e aperfeiçoar a ciência»<sup>9</sup>.

São palavras de um leigo, que ficaram à espera de concretização. Leigos seriam depois muitos dos principais intervenientes no Movimento Católico, aspirando a restabelecer o diálogo culto e

---

<sup>8</sup> M. E. DA MOTTA VEIGA, *Esboço historico-litterario da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 267.

<sup>9</sup> J. BARBOZA CANAIS, *A Sociedade Catholica examinada e defendida [...]*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, 23.

actualizado entre o catolicismo e a sociedade portuguesa. Entre a Regeneração e a República, serão homens como D. António da Costa ou o seu parente D. António de Almeida, o Visconde de Azevedo ou o Conde de Samodães que escreverão algumas páginas mais estimulantes nesse sentido.

Abalançaram-se mesmo aos estudos teológicos, suprindo com isso as deficiências dos seus normais cultores. D. António de Almeida organizou em 1871 o primeiro congresso católico português e intitulou-o expressivamente «Assembleia dos oradores e escritores católicos»; aí manifestou o Visconde de Azevedo os seus actualizados conhecimentos eclesiológicos. Pouco depois, em 1876, o Conde de Samodães publicou a sua tradução da vasta *Apologia do Cristianismo* de Francisco Hettinger, tentando com isso enriquecer o debate cultural da altura, no que à religião dizia respeito, pondo-o nos seus devidos termos. São palavras suas:

«A religião católica é hoje atacada em nome da ciência como ainda não há muito nos foi assaltada em nome dos direitos da razão, e já anteriormente se acometeu em nome da Escritura e da chamada pureza primitiva do Cristianismo. É pois com a ciência que ela se defende; e, como a ciência é vasta também extensa precisa ser a obra, que, usando dessa arma, peleja em defesa da mesma religião»<sup>10</sup>.

A vastidão da obra a que Samodães se referia, era primeiramente a da *Apologia* que apresentava, nos vários e extensos volumes que o notável mentor do Movimento Católico Português traduziu directamente do alemão. Mas era também a das próprias tarefas que se impunham ao mesmo Movimento, para a recuperação cultural que visava.

Em 1881 o Bispo de Coimbra, D. Manuel Bastos Pina, fundou a Academia de S. Tomás de Aquino, tendo em vista proporcionar ao catolicismo português a refundamentação filosófico-teológica que Leão XIII buscava no tomismo. Quer a Academia quer os escritos que produziu constituíram um verdadeiro salto qualitativo para o nosso catolicismo.

Mas foi no estrangeiro que alguns dos principais nomes do Movimento Católico Português se inspiraram para, na viragem do

---

<sup>10</sup> CONDE DE SAMODÃES, in *Apologia do Christianismo* de F. Hettinger, Porto, Livr. Internacional de E. Chandron, I, Prólogo, XLII.

século, passarem a falar directamente de «Universidade Católica». E, ao fazerem-no, acabaram por alargar também o âmbito das suas expectativas, propondo centros de investigação e ensino que ultrapassassem em muito o âmbito da formação eclesiástica ou filosófico-teológica, embora não se desprendessem nunca da inspiração cristã-católica.

Henrique Barros Gomes, por exemplo, figura que imediatamente ligamos à política nacional, pela sua actuação no governo e no parlamento, foi elemento destacado do Movimento Católico, sobretudo pela tentativa de o desligar de vez de qualquer opção estritamente partidária. Foi ele que em 1894 fundou com Casal Ribeiro e outros o primeiro Centro Católico, para unir parlamentares das várias parciaisidades, sempre que se tratasse de promover iniciativas político-legislativas de interesse exclusivamente confessional. Ora, nalguns dos seus escritos publicados em 1896 sob o título *Convicções*, a alusão a uma Universidade Católica é já explícita e repetida. Os exemplos são estrangeiros, mas o objectivo era Portugal.

Escrevendo sobre os progressos do catolicismo na América do Norte, coroa-os com a inauguração da Universidade Católica de Washington em 13 de Novembro de 1889, a que nem faltara o próprio presidente Harrison, ainda que protestante. Inauguração saudada pelas também recentes Universidades Católicas de Otava, Laval, Lovaina, Paris e Lião.

Barros Gomes apresenta a nova escola como coroamento do processo de implantação do catolicismo na sociedade americana. Descreve os progressos dessa implantação no quadro duma sociedade democrática, interconfessional e tolerante, onde os católicos se tinham afirmado pela sua ligação estreita às aspirações populares, aos avanços científicos e à melhoria das condições de existência. A Universidade Católica não lhe aparece como bastião de convicções contestadas, mas como órgão de diálogo com uma sociedade em rápida evolução, assumindo desta o tónus e as expectativas. Ali se repercutiria todo esse dinamismo; mas ali se procuraria também enriquecê-lo com a verdade evangélica sobre o homem e o mundo, buscando nela novas respostas para os novos problemas que se levantavam à mesma sociedade, especialmente no campo sócio-económico. São palavras suas:

«Erguida no meio de uma nação que soube mais que todas aproveitar as grandes conquistas da ciência para vencer com elas as forças naturais melhorando todas as condições da vida material,

e que conseguiu a par disso manter a fé e o sentimento idealista; de uma nação cujo enorme desenvolvimento industrial levanta já alguns e terá forçosamente de fazer surgir e debater mais tarde todos os problemas económicos que dizem respeito à justa proporcionalidade na distribuição das riquezas, tudo parece fadar a Universidade de Washington para o estudo e descoberta da melhor solução a dar tanto aos problemas económicos como às fórmulas de conciliação entre a ciência e a fé»<sup>11</sup>.

A Universidade Católica de Washington que Barros Gomes saudava ligava-se ao dinamismo da sociedade americana. Mas não menos ao dinamismo interno do seu catolicismo peculiar, que à volta da figura emblemática do cardeal Gibbons dava então um contributo relevante ao Movimento Social Católico e ao que se veio a chamar Doutrina Social da Igreja. Em qualquer dos casos, o catolicismo americano e a sua nova instituição não aparecia como cidadela cercada ou reduto defensivo face à sociedade e à cultura, mas como parceiro activo e criativo num meio aberto e dinâmico. Daí que Barros Gomes adivinhe o futuro da Universidade de Washington — sempre a falar da América e a pensar em Portugal onde a situação era no entanto muito diversa:

«Aproximar sobre esta base [das convicções cristãs] semelhante solução dos problemas económicos, conciliar as ciências físicas com os princípios da fé e do dogma, harmonizar a religião com o que haja de salutar nas tendências modernas deve ser esse o ideal que se proponha uma Universidade livre, criada no seio de uma grande democracia, tal qual o é a Universidade de Washington, e se a grandeza dum ideal pode influir nos destinos de uma instituição, nenhuma por certo chegará mais longe»<sup>12</sup>.

Bem situado no novo clima de relações entre a Igreja e os Estados modernos aberto por Leão XIII desde 1878, Barros Gomes era sincero adepto das sociedades democráticas. Era-o como político e era-o como católico, porque as entendia mais consentâneas com o Evangelho e mais propícias ao florescimento da Igreja. Gosta por isso mesmo de apresentar aos seus leitores portugueses concretizações felizes do seu ideário. Como era também o caso da Universidade

<sup>11</sup> H. BARROS GOMES, *Convicções*, Lisboa, Livr. de António Maria Pereira, 1896, 68-69.

<sup>12</sup> *Ibidem*, 69.

Católica de Friburgo (Suíça), que o autor aponta como meio correcto e conveniente para a Igreja influenciar beneficentemente uma sociedade no sentido da justiça social. Escreve assim:

«A fundação e dotação de uma grande universidade católica livre em Friburgo é prova eloquente do que avançamos. Professam nela, segundo o afirma autoridade insuspeita, homens eminentes pela ciência e pelos escritos; entre estes sobressai, regendo a cadeira de Economia Política, um dominicano ilustre, o Padre Weiss, que junta ao encargo do ensino a mais activa e fecunda propaganda prática para a realização das reformas e doutrinas que professa»<sup>13</sup>.

Repare-se que, tanto no caso americano como no suíço, a ênfase de Barros Gomes é posta no contributo que a Universidade Católica poderia dar nos sectores da Economia e do Direito, face às profundas alterações económicas e sociais do momento. Sem secundarizar, como é óbvio, a importância do contributo que a fundamentação filosófico-teológica necessariamente daria à resolução de tal problemática, é nesse campo específico que o político português gosta de insistir. E retenha-se ainda que liga estas novas instâncias dos catolicismos americano e suíço aos movimentos católicos respectivos, onde sobressaíam figuras da grande envergadura doutrinal e pastoral como Gibbons ou Mermillod, notáveis precursores do magistério social pontifício, a par de elementos leigos de reconhecida projecção sócio-política. Isto é, para Barros Gomes, as Universidades Católicas situar-se-iam como órgãos relevantes dum catolicismo bem integrado em sociedades livres e progressivas, polos atentos de reflexão e diálogo com questões prementes e situadas, à luz da verdade evangélica sobre os percursos humanos.

Veio o século XX, e a sua primeira década não trouxe grandes alterações à relação entre o catolicismo e a sociedade portuguesa. O quadro largo e optimista que Barros Gomes traçara sobre a América do Norte e a Suíça com as respectivas Universidades Católicas não era o português. Bem pelo contrário, a partir de 1901, a propaganda republicana e o anticlericalismo conexo intensificou-se contra as congregações religiosas e a posição da Igreja na vida pública em

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, 78.

geral. À insistência anticlerical responderam algumas iniciativas no campo católico. Foi o caso do Centro Académico da Democracia Cristã, que, à sombra tutelar do Professor Sousa Gomes, tentou afirmar um catolicismo seguro e defensor dos direitos próprios, mas não menos culto e aberto, no meio universitário coimbrão. Foi de certo modo ainda o caso dos Centros Nacionais, que acabaram por se transformar no Partido Nacionalista à volta de Jacinto Cândido, numa evolução que acarretou naturalmente graves cisões internas ao Movimento Católico Português, onde coexistiam várias opções político-partidárias.

Deve-se a alguém ligado ao nacionalismo uma análise bastante sugestiva do estado da Igreja em Portugal no começo do século. Refiro-me a Gomes dos Santos e ao seu opúsculo *O Catolicismo em Portugal*, de 1906.

O diagnóstico sai-lhe bastante negativo no respeitante à real influência da ainda religião oficial na sociedade portuguesa, em cuja alma não entraria muito além do emotivo ou do simbólico. Para o autor, faltava uma verdadeira penetração nas inteligências; faltava solidez nas convicções; faltava instrução religiosa. E adianta:

«O que afasta muita gente da religião e dos seus dogmas é a ignorância profunda. Os nossos próprios católicos [...] não têm, em geral, uma noção exacta da religião que professam [...] Poucos, mesmo, seriam capazes de dar uma ideia suficiente de Deus, e de demonstrar a necessidade da sua existência, sob um ponto de vista científico, fora do terreno das banalidades debitadas a tal propósito por alguns pregadores de aldeia, não mais conscientes das doutrinas que lhes cumpria propagar»<sup>14</sup>.

Em suma, do catolicismo sobriam apenas algumas verdades em desfundamentação... Pelo contrário, adiantava Gomes dos Santos, outras convicções, materialistas ou ateias, ganhavam terreno nas inteligências, veiculadas por sucessivas publicações e palestras sob o pendão do livre pensamento. Ora, é em tal contexto, tão distinto do norte-americano ou suíço, que o autor insiste também na criação duma Universidade Católica em Portugal.

O desígnio é menos pacífico e dialogante, comparado com o de Barros Gomes. Em Portugal tratar-se-ia de disputar sem tréguas cada

---

<sup>14</sup> GOMES DOS SANTOS, *O Catolicismo em Portugal*, Póvoa de Varzim, Livr. Povoense-Editora, 1906, 32-33.

recanto das convicções ao livre-pensamento anti-católico. No campo filosófico-teológico, antes de mais; mas ainda noutras áreas para onde a polémica transbordara, como o Direito ou a Medicina. Oiçamo-lo:

«Assim, à frente dum bom programa de acção católica, deve pôr-se a difusão da instrução. Nos outros países compreendeu-se, primeiro que no nosso, esta necessidade; criaram-se as admiráveis Universidades Populares católicas, com faculdades diversas — teologia, filosofia, direito e até medicina, — que se encontram na Bélgica, na Alemanha, na França e mesmo na protestante Inglaterra. Nós esperamos ainda... que o livre-pensamento se nos antecipe nesta obra»<sup>15</sup>.

E, adiante, é mais polémico:

«Além de escolas populares, faltam-nos ainda escolas secundárias e profissionais, e, sobretudo, uma universidade popular católica, que seja o complemento da nossa acção no terreno do ensino, que tão encarniçadamente nos é disputado palmo a palmo pelos adversários»<sup>16</sup>.

Como vemos, uma idêntica aspiração — a Universidade Católica — encontra em dois vultos significativos do Movimento Católico Português conotações diversas. Barros Gomes, inspirado em experiências felizes de relação catolicismo-sociedade na América do Norte e na Suíça, queria uma instituição aberta e dialogante com o mundo da cultura e da ciência, dando-lhe a contribuição original da inspiração cristã nos diversos campos. Gomes dos Santos, olhando sobretudo a sociedade portuguesa do início do século, onde não faltavam graves ameaças ao catolicismo, como doutrina e como estrutura religiosa, pretendia uma escola mais demarcada e apologética.

O que veio entretanto foi a República de 1910. As controvérsias político-religiosas agravaram-se ainda mais, sobretudo depois da Lei da Separação de 1911, com as grandes limitações que trazia à vida normal da Igreja em Portugal, em especial no campo do ensino.

O Movimento Católico Português teve um primeiro momento de normal perplexidade e retracção, reafirmando-se a partir de 1913 na defesa e promoção das instituições eclesiais. Neste contexto surgirá

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, 33.

<sup>16</sup> *Ibidem*, 34.

em 1917 o Centro Católico Português e neste se ouvirão depois os conhecidos apelos do Professor Gonçalves Cerejeira para a criação duma Universidade Católica.

Antes dele, porém, oiçamos ainda um dos seus mais notáveis precursores. Refiro-me a Abúndio da Silva, fecundo jornalista e publicista que, a muitos títulos, se tornou profeta de várias realizações católicas no Portugal contemporâneo.

Digamos, antes de mais, que Abúndio da Silva foi dos que mais consequentemente defendeu a autonomia do Movimento Católico em relação a quaisquer intuitos político-partidários. Fê-lo antes e depois de 1910, sendo das vozes mais insistentes no sentido da aceitação do novo regime pelos católicos. Sendo de raiz monárquica, acabou por se interessar apenas pela causa religiosa, relativizando tudo o mais, a começar por essa mesma monarquia que dizendo-se católica estorvara na prática a livre vivência eclesial. Em obra assinada no Verão de 1911, em plena crise aberta pela Lei da Separação, Abúndio da Silva não hesitou em escrever:

«Não queremos para nós, católicos, um único direito que não reclamemos também para os outros; mas não queremos nos outros uma única liberdade que não fruamos também. E com a liberdade, estamos certos de que será mais fácil converter uma República que nasceu ímpia, do que cristianizar uma monarquia constitucional que viveu hipócrita [...] Para nós, os católicos, que não procuramos realizar outro fim senão o triunfo das ideias cristãs, dois princípios, duas ideias fundamentais, devem nortear toda a nossa acção. A primeira é que o catolicismo não se identifica com nenhuma forma de governo, com nenhum partido político, porque é superior a todos e a todos sobrevive; a segunda é que devemos servir-nos dos princípios, das tendências e das instituições do nosso tempo para alcançarmos a vitória da verdade religiosa e estabelecer firmemente o reinado das doutrinas cristãs»<sup>17</sup>.

Estas linhas esclarecem-nos suficientemente sobre o pensamento de Abúndio da Silva que, dum modo geral, se tornou corrente na parte mais significativa do Movimento Católico Português. Antes de mais e acima de tudo, a causa católica, como promoção dos intuitos eclesiais no quadro das novas instituições políticas. Reivindicação de direitos

---

<sup>17</sup> M. ABÚNDIO DA SILVA, *A Igreja e a Política*, Porto, Livr. Portuense, 1911, 206.

comuns, sem lugar para tratamento de excepção, nem positiva nem negativa. Abertura aos critérios e métodos do pensamento moderno para instilar nele a seiva evangélica.

Noutro passo da mesma obra de 1911 — *A Igreja e a Política* — o autor precisa as suas ideias quanto ao ponto concreto da formação intelectual a todos os níveis, não excluindo o superior. Fala-nos da sua urgência e, muito especialmente, da conveniência por parte do catolicismo português em apresentar à sociedade vultos que associem crença e ciência numa unidade notória e credível:

«A par da instrução religiosa é necessário avigorar uma alta ciência e uma mentalidade católica. Hoje, a melhor arma de combate na mão de um católico é a *ciência*: ser sábio de reputação conhecida e professar e praticar a religião é uma poderosa apolo-gética no século que vai correndo»<sup>18</sup>.

Mas não se fica por esta consideração ainda instrumental da ciência, em função da apologética. Adianta-se numa visão positiva dos conhecimentos e métodos novecentistas, assumindo-os e valorizando-os com o contributo evangélico, num trecho onde já se anunciam as palavras que, meio século depois, o Concílio Vaticano II dedicará à leitura dos «sinais dos tempos». Oijamos Abúndio da Silva:

«Não se conquistam as almas contemporâneas sem se conhecerem e compreenderem os métodos que as seduzem, os princípios que as guiam, as ideias de que vivem. Os apóstolos da verdade eterna carecem de se iniciar nos processos da ciência e do pensamento moderno, de perscrutar as preocupações e tendências que agitam os espíritos mais afastados do catolicismo, conhecê-las, não para as amaldiçoarem e condenarem, mas para lhes medirem rigorosamente o valor, para louvarem o que louvor mereça e para apontarem os excessos e as insuficiências na solução dos problemas que excedem a ciência e não obstante se impõem ao homem»<sup>19</sup>.

Dentro desta ordem de ideias é que Abúndio da Silva acrescenta a sua voz às que ouvimos antes a favor da criação duma Universidade Católica em Portugal. Percebeu vivamente que a reafirmação do catolicismo português tinha de ser muito mais intelectual do que política. São palavras suas:

<sup>18</sup> *Ibidem*, 165.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

«É primordial interesse dos católicos reconquistarem a supremacia intelectual e manterem e desenvolverem a alta cultura científica [...] Pertence aos católicos dar vida a esta ciência libertadora [congraçada com a verdade religiosa], na qual a luz de Deus e a luz do homem sejam como dois braços do mesmo facho, e na qual a verdade revelada e a científica fraternizem uma com a outra»<sup>20</sup>.

Este era o desígnio que, pela pena de Abúndio da Silva, o Movimento Católico alimentaria agora. — E para quando a sua realização? Era ele também a responder:

«Quando tivermos criado institutos católicos de alta investigação científica em todos os ramos do saber humano e assegurado a sua frequência e a regularidade dos seus trabalhos e produções; quando tivermos estabelecimentos de instrução secundária e universidades populares que vulgarizem a ciência católica e formem, na nação, uma mentalidade católica»<sup>21</sup>.

Esta a especificidade do contributo de Abúndio da Silva para a longa génese da Universidade Católica Portuguesa. Entendeu sempre — e numa altura em que a radicalização dos campos mais propiciava expedientes rápidos e conflituos — que a reinspiração católica do país tinha de se fazer mais sólida e mediatamente no campo da inteligência e da mentalidade. Dois anos depois, nas suas imprescindíveis *Cartas a um Abade*, revisão crítica do Movimento Católico Português no contexto geral de várias décadas difíceis do catolicismo no seu todo, resume-nos assim a sua posição que é também o seu legado:

«Se as esmolas da Bula [‘da Bula da Cruzada’, contributo penitencial com que se sustentavam as casas de formação sacerdotal] dessem para mais alguma coisa além do custeio dos indispensáveis seminários, e se eu tivesse voto na matéria, defenderia com todo o ardor que elas se aplicassem à fundação de uma *Escola de Altos Estudos*, de uma universidade livre católica, porque sem ela não me parece fácil recristianizar a nossa sociedade [...] Quando tivermos um instituto de altos estudos católicos, com duas ou três faculdades bem organizadas e com uma frequência suficiente,

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, 166.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

podemos olhar com confiança o futuro, porque lançaremos no nosso meio o fermento salutar de alguns sábios e eruditos verdadeiramente cristãos»<sup>22</sup>.

E, mais uma vez, alargava o olhar para as realizações das Universidades Católicas estrangeiras, sobretudo naqueles países onde a sua actividade intelectual fora mais decisiva para a causa católica em geral:

«Pensem nisto os católicos portugueses, e saibam que nas vitórias do catolicismo na Bélgica pertence uma boa parte à universidade de Lovaina, do mesmo modo que para os triunfos da Igreja na Alemanha não concorreram com pouco as suas universidades e altas escolas católicas. Criar fundos para fundarmos também a nossa universidade livre, seria erguer o mais inexpugnável baluarte da nossa acção religiosa»<sup>23</sup>.

A ideia da Universidade Católica germinava assim no interior do Movimento Católico Português e estreitamente ligada aos seus objectivos globais. Abúndio da Silva dizia-o parabolicamente: «A atmosfera intelectual está para a acção [A 'Acção' ou 'Movimento' católicos] como o clima para as plantas»<sup>24</sup>.

Intitulei estas linhas «Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expectativas». Na verdade, quando o Centro Católico Português e o Professor Gonçalves Cerejeira começaram a insistir nos anos vinte no sentido da criação de um Instituto Católico em Portugal, não começaram do nada. Tinham atrás de si a já relativamente longa história do Movimento Católico Português, que rapidamente tentei esboçar, no que a este ponto respeita. Com variações e incidências diferentes, e sobretudo na viragem do século, algumas figuras marcantes desse Movimento foram delineando um projecto que nos anos vinte se tornou uma necessidade evidente.

Termino como comecei, aludindo à clarividência e tenacidade com que o Cardeal Cerejeira levou por diante esse desígnio e finalmente o conseguiu realizar. Também neste sector, a sua obra pode

---

<sup>22</sup> IDEM, *Cartas a um Abade*, Braga, Cruz, 371-372.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 372.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

ser hoje devidamente conhecida e apreciada. Neste relance, pretendi salientar apenas que o seu esforço se inscreveu numa corrente essencial do Portugal contemporâneo, nem sempre devidamente conhecida e evocada. Refiro-me ao Movimento Católico, designação plausível e genérica para o encadeamento de iniciativas teóricas e práticas que visaram manter vivo e fecundo o influxo da Igreja na sociedade aberta pela revolução liberal.

Lembremos os que primeiro compreenderam que o reerguer do catolicismo no país tinha de passar pela sua consolidação a nível intelectual. Lembremos especialmente os que, acima das controvérsias do momento, desejaram uma Universidade Católica, como contributo próprio e fecundo para a vida cultural portuguesa. Lembremos sem dúvida o Cardeal Cerejeira e todos os que com ele conseguiram efectivar um sonho que, por ser antigo, não é menos actual e urgente.